

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- (Farmácia Municipal)
CNPJ: 64614449/0001-22
Endereço: Avenida Tarumã, 360 - Centro
CEP: 19820-000
Cidade: Tarumã/SP
SECRETARIO DE SAÚDE : Elvira Alice Gozze da Silva
DATA: 03/04/2024

FUNÇÃO FINALÍSTICA

O presente ETP refere-se a eventual aquisição de medicamentos, pelo prazo de 12 (doze) meses, visando o fornecimento necessário para a manutenção do atendimento aos pacientes em situação de vulnerabilidade sócio – econômico e ordem judicial.

A seleção dos itens a serem adquiridos, suas quantidades, bem como suas descrições, ficam a cargo do Órgão solicitante (Assistência Social da Saúde) que através de levantamento prévio realizado por meio de pesquisa de campo e coleta de dados, identifica a demanda total para posteriormente fazer solicitação e notificação via sistema de comunicação interno ao técnico responsável (Farmácia Municipal) que por sua vez realiza o procedimento de requisição de compra dos medicamentos e disponibiliza ao respectivo paciente.

A não aquisição dos medicamentos acarretaria prejuízo risco da saúde dos enfermos atendidos e um possível aumento em processos judiciais.

Este conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis, entende-se como alternativa a solução desse caso o Registro de Preços e futura contratação de Empresa especializada para fornecimento de medicamentos (Éticos, Genéricos e Similares), com base na listagem de A a Z tabela CMED, através do maior desconto percentual preferencialmente (**preço de fábrica**), para atendimento à paciente em situação de vulnerabilidade sócio-econômico, sob avaliação social, e medicamentos concedido por **Ordem Judicial** no período de 12 meses após a publicação da respectiva ARP, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/FM, e conforme especificações estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar realizado com a finalidade de atender apenas demandas extraordinárias (**MEDICAMENTOS NÃO CONTEMPLADOS PELA RENAME/REMUME**).

1 - Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

A Aquisição de medicamentos (**MEDICAMENTOS NÃO CONTEMPLADOS PELA RENAME/REMUME**) dispensados via Farmácia Municipal, visando o fornecimento necessário para a manutenção do atendimento aos pacientes em situação de vulnerabilidade socioeconômico e ordem judicial.

O não cumprimento desta demanda de ordem judicial e social acarretaria impacto direto aos usuários dos serviços de saúde da rede municipal, implicando direta e indiretamente nas condições de saúde da população, aumentando a morbimortalidade, internações e consequentemente os custos em saúde para o município.

Além do fato que a lei n.º 8.080/90, em seu artigo 6º, estabelece como campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a “formulação da política de medicamentos (...) de interesse para a saúde (...)”, garantindo um direito fundamental do ser humano “Saúde”. Considerando que o seu propósito precípua é o de garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos materiais, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais. “Visando garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas de qualquer idade, garantindo assim o desenvolvimento sustentável”

A solicitação de licitação vem ao encontro de evitar custos maiores com compras emergenciais não programadas, atendendo os princípios básicos da administração públicas presentes no art. 37 da CF de 1988 que ressaltam padrões de organizações administrativas.

2 - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A aquisição dos medicamentos foi prevista no plano de contratação anual (PCA) assim como descrito em linhas 21 e 48, sob código 027010005 dos itens listados no orçamento Baze Zero elaborado em 2023, para assegurar a contratação anual desse atendimento específico no ano vigente.

Segue o link do PCA, 113 - Fornecimento de Medicamentos e Correlatos
<https://pncp.gov.br/app/pca/64614449000122/2024/5>

3 - Requisitos da contratação;

Como se trata de aquisição de medicamentos, será exigido o comprovante de registro do medicamento na ANVISA, de acordo com a Lei nº 6.360/76 e portaria conjunta nº 1/96 ANVISA. Os licitantes, na Descrição Detalhada do objeto ofertado, deverão indicar as seguintes informações:

- ⑩ Especificações técnicas;
- ⑩ Os medicamentos deverão ser entregues com prazo de validade de no mínimo 80 % do seu prazo total de validade ainda vigente na data da entrega, mas nunca se admitindo entrega com prazo inferior a 12 meses.
- ⑩ O fornecedor terá o prazo de 48 (quarenta e oito horas), contados a partir da emissão da autorização de fornecimento (nota de empenho), para concluir a entrega dos produtos na Farmácia Municipal, inclusive para solução de pendências (reposição de mercadoria faltante, avarias, extravios ou irregularidades durante o transporte/entrega)
- ⑩ Prazo de validade da proposta;
- ⑩ Origem (nacional ou estrangeira).
- ⑩ O prazo de vigência da contratação é de (12) doze meses
- ⑩ Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por Linha de Produção / Medicamentos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde
- ⑩ A empresa vencedora do certame deverá entregar todos os itens que arrematar na Farmácia Municipal de Tarumã que fica localizado na Avenida Tarumã, 360 – Centro.

4-Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (Elemento obrigatório).

Os profissionais da área da saúde com essa abordagem de análise nos anos anteriores realizaram uma estimativa de acordo com fluxo de atendimento pela a assistente social do Município, nas Unidades de Saúde.

As quantidades foram estimadas baseadas nas demandas utilizadas no ano de exercício de 2023 segue em anexo dados quantitativos.

Segue anexo 1
(quantitativo)
Ordem judicial

Descrição do Item	Quantitativo mensal
ATORVASTATINA 20MG (MEDEX)	30 CPS
BAMIFILINA 300MG	30 CPS
BETAISTINA 24MG	n30 CPS
CETOPROFENO (BIPROFENID) 150MG	30 CPS
CILOSTAZOL 50MG	105 CPS
CLOPIDOGREL 75MG	30 CPS

DIAMICRON MR 60MG	90 CPS
DOMPERIDONA 10MG	60 CPS
ESTAZOLAM 2MG	30 CPS
ETNA 2,5 + 1,5 + 1MG	60 CPS
GLIMEPIRIDA 2MG	30 CPS
GLYXAMBI 25/5MG	30 CPS
NESINA MET 12,5/850MG	60 CPS
OMEPRAZOL 40MG	30 CPS
PAROXETINA CR 12,5MG	30 CPS
SULPAN 25/1MG	30 CPS
VALSARTANA + ANLODIPINO 160/5MG	30 CPS
VALSARTANA + HCT 160/12,5MG	30 CPS
VALSARTANA 320MG	60 CPS

Social

Foi realizado o quantitativo de 58 aquisições no período de 12 meses, referente a medicamentos para o atendimento da demanda do Social. Esta demanda é inespecífica e variável por se tratar de medicamentos aleatórios. Segue em anexo o quantitativo das aquisições para base de dados.

5- levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (não é obrigatório);

Segue dados em anexo 1

A presente contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

6 – ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

Segue em anexo 1

Relatório com valor de contratação dos últimos 12 meses referentes aos medicamentos de ORDEM JUDICIAL e Social

Medicamentos ORDEM JUDICIAL	R\$ 18.757,21
-----------------------------	---------------

MEDICAMENTOS SOCIAL

R\$ 38.377,93

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

A execução de pregão eletrônico (PE) com Sistema de Registro de Preço (SRP) para permitir que a entrega seja parcelada, pois as demandas podem ser oscilantes.

8 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O objeto que se pretende adquirir é divisível portanto serão licitados por grupos de acordo com suas respectivas características, com a finalidade de aumentar a competitividade do certame. A divisão do objeto não representa perda da economia de escala.

9- Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

A equipe de planejamento não identificou nenhuma necessidade de adequação para possibilitar a aquisição desse item

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A equipe de planejamento não identificou nenhuma necessidade de aquisição/contratação para possibilitar a entrega dos itens que se pretende licitar.

11 - REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE (IMPACTOS AMBIENTAIS)

De acordo com o art. 2º, II e III, da RDC no 16/2014 da ANVISA, a Autorização de Funcionamento (AFE) é o ato de competência da ANVISA, contendo autorização para

o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, concedido mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC 16 e a Autorização Especial (AE) é o ato de competência da ANVISA que autoriza o exercício de atividades que envolvem insumos farmacêuticos, medicamentos e substâncias sujeitas a controle especial, bem como o cultivo de plantas que possam originar substâncias sujeitas a controle especial, mediante comprovação de requisitos técnicos e administrativos específicos, constantes da RDC 16.

Por esse motivo, será solicitado a AFE dos fornecedores de medicamentos

A Secretaria Municipal de saúde possui contrato com empresa especializada na prestação de serviços continuados de pesagem, coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviço de Saúde classificadas como Biológicos, Potencialmente Infectantes (grupo A, segundo classificação da RDC 306/ANVISA) e perfuro cortantes (grupo E, segundo classificação da RDC 306/ANVISA), com fornecimento de Certificado de destinação. Também possui contrato com empresa especializada na prestação de serviços continuados relativos à gestão de Resíduos Químicos (RQ) incluindo acondicionamento, pesagem, coleta, manuseio, transporte, tratamento, reciclagem, destinação e certificação da destinação dos Resíduos Químicos produzidos nas dependências. Sendo assim, os materiais a serem adquiridos potencialmente infectados e/ou contaminado, após o seu uso, receberão tratamento adequado, minimizando os riscos de contaminação ao meio ambiente.

12 - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A intenção deste certame centralizado é obter melhores condições em relação a preços, qualidade e efetividade de entrega dos medicamentos utilizados pela Assistência Social da Saúde do Município de Tarumã.

Espera-se que com o maior poder de barganha proporcionado pelo volume de itens que estão sendo licitados, a prefeitura consiga atrair mais empresas e, conseqüentemente, menores preços.

Outro aspecto a ser levado em consideração é a economia processual que o município ira atingir com a redução da quantidade de certames e a garantia de atendimento efetivo a população de baixa renda e vulneráveis relacionada às necessidades humanas, de saúde e melhoria da qualidade de vida e justiça.

13- posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O presente Estudo Técnico Preliminar foi concebido com base nas normas legais aplicadas à matéria e nas premissas recomendadas Secretaria Municipal de Saúde/FMS do Município de Tarumã/SP.

Pretende-se contratar os itens descritos neste ETP pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas com vista a

garantir a não interrupção do fornecimento de insumos imprescindíveis para a realização dos atendimentos.

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação, pois segue as normativas da nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21).

Tarumã, 12 de Abril 2024

Cristiane M^a de Oliveira
Supervisora de Programas